**Modelo de Plano de Adequação**

**Histórico de Revisões**

| **Data** | **Versão** |
| --- | --- |
| Dez/2022 | 1.0 |
| Mar/2025 | 2.0 |

1. **Objetivo Geral:** *Identificar o objetivo geral do Plano de Adequação. Um objetivo sugerido é o seguinte:*

Nortear a implementação do Programa de Governança em Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, no âmbito do órgão/entidade, ou seja, é o instrumento orientador das diretrizes para uma boa governança e para a adequação do órgão/entidade à LGPD.

1. **Objetivos Específicos:** *Identificar os objetivos específicos do Plano de Adequação. Alguns objetivos sugeridos são os seguintes:*

* Indicar medidas necessárias para a adequação do órgão/entidade à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e ao Programa de Governança em Privacidade e Proteção de Dados Pessoais conforme dispõe o DECRETO RIO Nº 54984, de 21 de agosto de 2024.
* Desenvolver plano de capacitação sobre privacidade e proteção de dados pessoais, para os agentes públicos do órgão/entidade;
* Adequar os processos e serviços seguindo boas práticas de minimização de dados pessoais, privacidade por padrão e privacidade desde a concepção;
* Identificar as atividades prioritárias a serem desenvolvidas para o atendimento das disposições da LGPD;
* Fomentar a construção de uma cultura de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no órgão/entidade, conforme dispõe o DECRETO RIO Nº 54984, de 21 de agosto de 2024;
* *Outros objetivos específicos devem ser incluídos pelo órgão/entidade*

1. **Análise Institucional:** *Trazer breves apontamentos sobre os esforços empreendidos pelo órgão/entidade acerca da segurança da informação e da proteção de dados pessoais. É interessante identificar as regras gerais da Prefeitura sobre estes temas, além de resgatar planos, projetos, programas e planejamentos elaborados pelo próprio órgão/entidade e de que modo são colocados em prática. Um breve texto sugerido seria o seguinte:*

Ao realizar o alinhamento entre as prerrogativas da LGPD e o cenário do órgão/entidade, percebe-se que se trata de um alinhamento estratégico, tendo em vista que envolve toda a instituição.

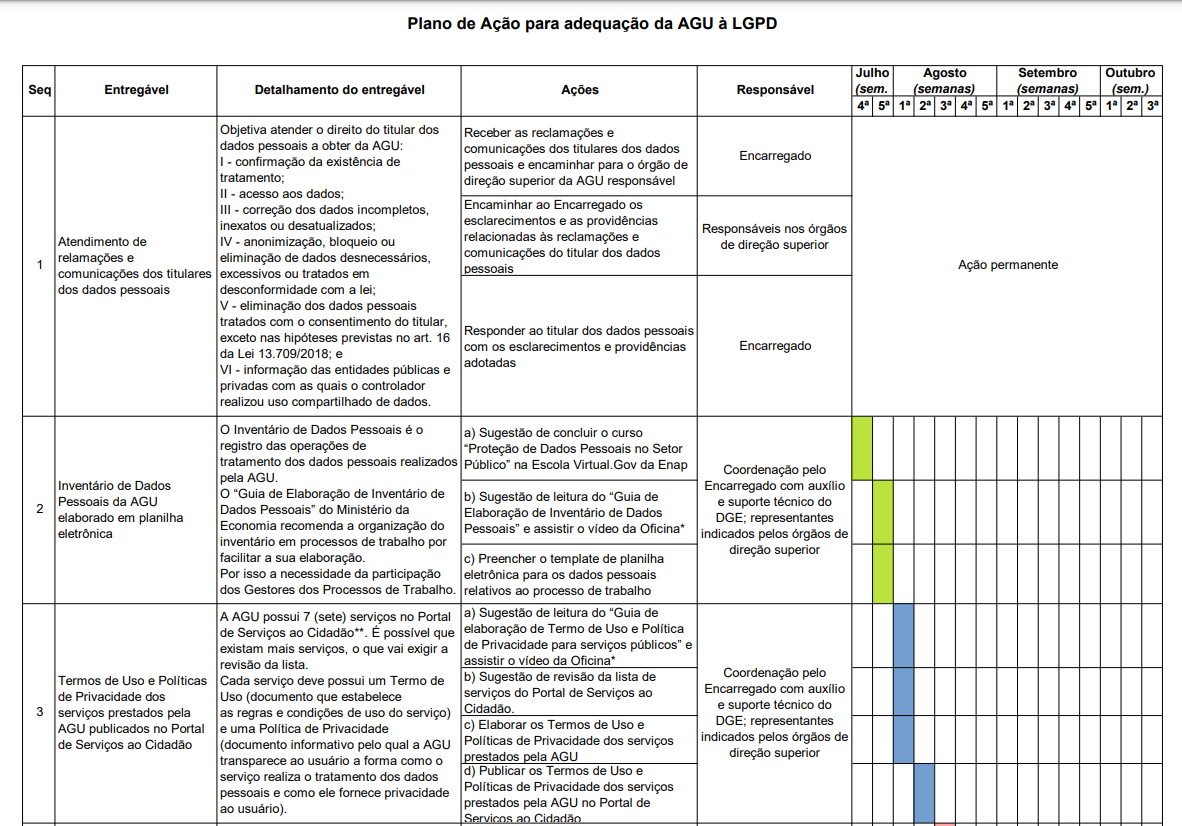
Além disso, é preciso considerar o uso e a necessidade das tecnologias de análise de dados. Por isso, a orientação deve ocorrer de acordo com a Estratégia de Governo Digital (EGD) da Prefeitura do Rio de Janeiro, que obedece o propósito das melhores práticas para informar aos usuários acerca da utilização dos seus dados.

E, por fim, é estabelecido o relacionamento com o Comitê de Privacidade do órgão/entidade, já que este possui como finalidades, o auxílio na elaboração dos instrumentos de governança em privacidade e o fornecimento de informações acerca dos tratamentos de dados pessoais realizados no âmbito do órgão/entidade.

*Acrescentar outras informações relevantes decorrentes da análise institucional realizada acerca dos temas de segurança da informação e proteção de dados pessoais*.

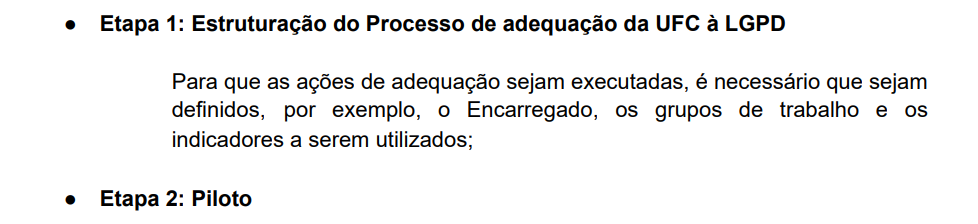
1. **Plano de Ação:** *elencar as informações já levantadas pelo órgão/entidade em instrumentos e processos de trabalho acerca da proteção de dados pessoais e segurança da informação, tais como: inventário de dados pessoais, plano de análise de riscos, cronograma de identificação e de mapeamento dos instrumentos jurídicos, plano de resposta a incidentes, entre outros. Descrever os achados já realizados e apontar como as adequações necessárias à LGPD e às boas práticas poderão ser realizadas pelo órgão/entidade. Recomenda-se que minimamente sejam citados os seguintes aspectos:*
2. Descrever de que modo serão implementadas as ações de mitigação dos riscos identificados no Plano de Análise de Riscos;
3. Adequar os processos de trabalho, serviços e políticas públicas seguindo boas práticas de minimização de dados pessoais, privacidade por padrão e privacidade desde a concepção (*privacy by design*);
4. Desenvolver diretrizes para o plano de capacitação sobre privacidade e proteção de dados pessoais para os agentes públicos dos órgãos/entidades municipais; Indicar de que modo será dada publicidade das informações relativas ao tratamento de dados em veículos de fácil acesso, preferencialmente nos sítios eletrônicos dos órgãos e das entidades; e
5. Desdobrar os itens acima elencados em atividades e identificar os responsáveis por cada uma delas.
6. **Cronograma de implementação:** *detalhar o cronograma para implementar as medidas apontadas no item 4. Alguns modelos de cronograma podem ser conferidos a seguir:*

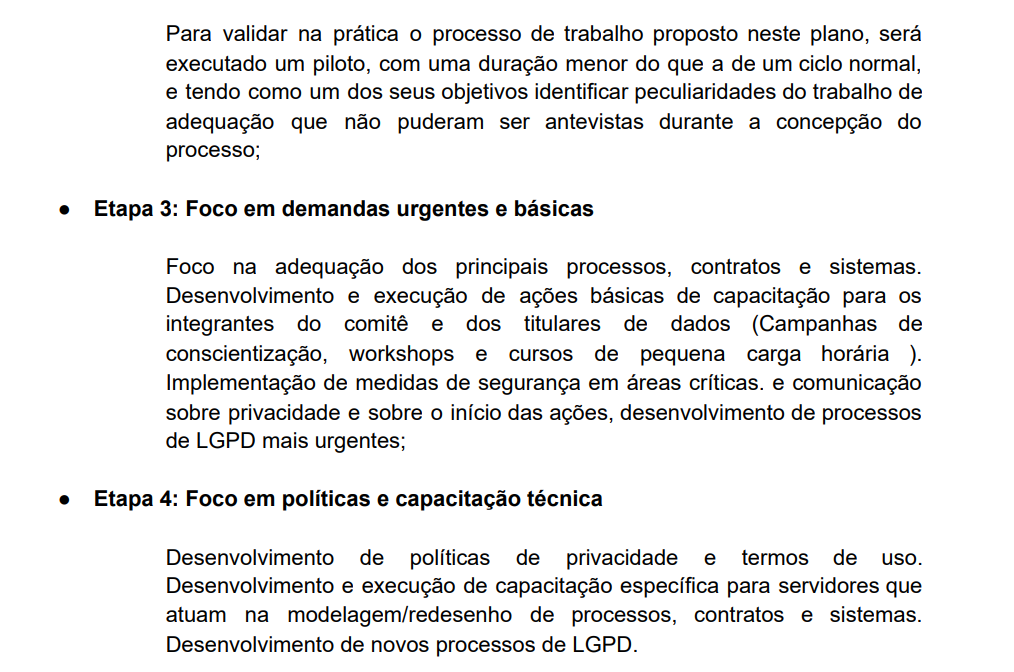
**MODELO DE CRONOGRAMA 1**

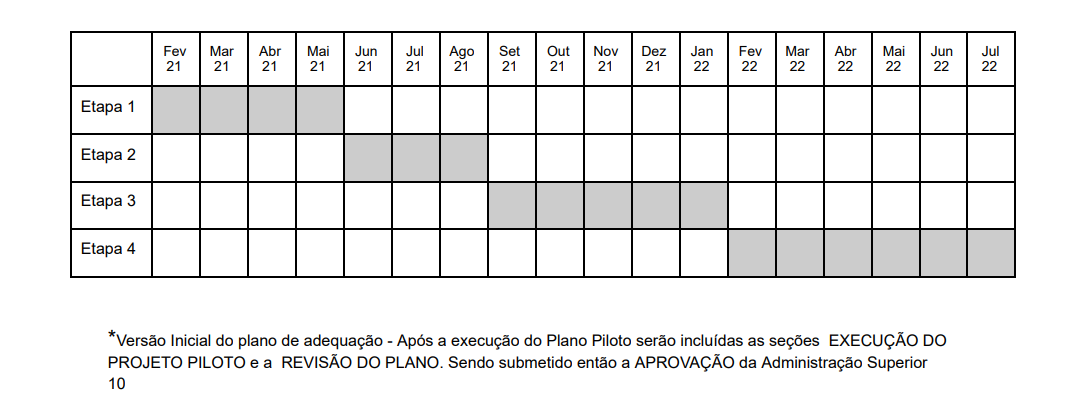


Fonte: [Plano de Ação para adequação da Advocacia-Geral da União (AGU) à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)](https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/ouvidoria-1/imagens/lgdp_2021_07_30_a_web-2.pdf)

**MODELO DE CRONOGRAMA 2**







Fonte: [Plano de adequação da Universidade Federal do Ceará à LGPD](https://lgpd.ufc.br/wp-content/uploads/2021/06/plano-de-adequacao-da-ufc-a-lgpd-v1.0.pdf)

1. **Publicidade:** *Descrever de que modo será dada publicidade aos esforços de adequação do órgão/entidade, de forma a cumprir as obrigações constantes do art. 23, § 1º, e do art. 27, parágrafo único da LGPD. Um breve texto sugerido seria o seguinte:*

Este Plano de Adequação estará acessível a todos os agentes públicos do órgão/entidade, devendo ser feitos esforços no sentido de capacitar e sensibilizar para as adequações necessárias à LGPD e às melhores práticas de segurança da informação e proteção de dados pessoais.